

## PARECER JURÍDICO

**Assunto:** Resposta ao Memorando nº 093/2024 - LIC/SEFAZ.

### I - REQUERIMENTO - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do Memorando nº 093/2024, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório Presencial para Chamada Pública de Agricultura Familiar de Dispensa de Licitação, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao Processo Licitatório nº 014/2024, Dispensa de Licitação nº 003/2024, Chamada Pública nº 002/2024, aquisição de gêneros alimentícios, LEITE EM PÓ INTEGRAL, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, observará o §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009, a Resolução do FNDE 06/2020 e demais aplicáveis, e será subsidiado pela Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

Importante se faz salientar que:

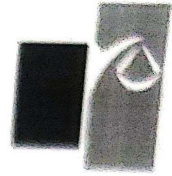
- a) Dotação orçamentária: Gestão da Alimentação Escolar - Recurso PNAE/1552 - material de consumo (FICHA: 863);
- b) A fiscalização deste contrato será feita pela Coordenadora da Alimentação Escolar, Sr<sup>a</sup> **Gisele Moura Souza Rodrigues de Sousa**.

**Justificativa:** “a aquisição da referida mercadoria dar-se-á devido à necessidade da manutenção da alimentação nas escolas e creches municipais, faz-se necessário à aquisição de leite em pó integral. Os mesmos serão adquiridos através da AGRICULTURA FAMILIAR, de acordo com o art.24 da Resolução nº 06/2020,”(sic) (grifo nosso).

Assim repasso o disposto no Art.24, da Resolução supracitada, sendo:

*Dispensa de licitação, por meio de Chamada Pública, quando das compras da agricultura familiar nos termos do art. 14 da Lei 11.947/2009. A aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar pode ser realizada dispensando-se o processo licitatório, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, desde que:*

1



- \* os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local (conforme a pesquisa de preços realizada);
- \* sejam observados os princípios inerentes ao artigo 3º da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- \* os alimentos atendam as exigências de controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria;

Com a dispensa do processo licitatório, a aquisição poderá ser feita mediante prévia Chamada Pública, conforme o § 1º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013. Em relação ao pregão e a outras formas de licitação, a chamada pública apresenta maior possibilidade de atender as especificidades necessárias à aquisição da agricultura familiar.

Entende-se que a Chamada Pública é a ferramenta mais adequada porque contribui para o cumprimento das diretrizes do PNAE, no que se refere à priorização de produtos produzidos em âmbito local de forma a fortalecer os hábitos alimentares, a cultura local e a agricultura familiar, aspectos fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricional.

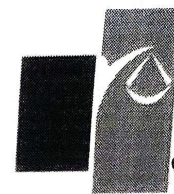
A devida solicitação veio através do Ofício SME/ADM nº 0214/2024 de 08/02/2024 da Secretaria Municipal de Educação, devidamente assinado pelo Ilmo. Secretário da Pasta, Sr. João Cesar de Oliveira Pereira, cumprindo todas as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitação e Contratos (NLCC) Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

O presente expediente de processo administrativo consta com o valor estimado da contratação em R\$ 196.200,00 (cento e noventa e seis mil e doiscentos reais). Vale informar que a submissão do ETP - Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Cotação/Orçamentos de Preços foram aprovadas pela Secretaria solicitante.

Oportunizo esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art. 6º, § 2º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitação e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação, em si. Nada obstante, ressaltando-se que a área responsável atua sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

É a situação do momento. Atenciosos e respeitosos,





## II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Assessoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 14.133/21.

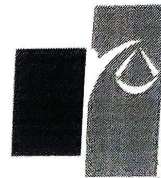
O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, em se tratando das contratações feitas pelo ente público, deve-se observar a **impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despendar o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.** (grifo nosso)

Em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado:

*Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, a licitação não é mera formalidade burocrática, visto que fundada em princípios maiores, quais sejam a isonomia e a impessoalidade.



Não obstante, somente, em condições excepcionais, com base no princípio da eficiência, a lei prevê a possibilidade da dispensa da licitação. Veja-se:

**ACÓRDÃO Nº 34/2011 – PLENÁRIO – REL. MIN. AROLDO CEDRAZ:**

*12. A obrigação de licitar não é mera formalidade burocrática, decorrente apenas de preceitos legais. Ela se funda em dois princípios maiores: os da isonomia e da impessoalidade, que asseguram a todos os que desejam contratar com a administração a possibilidade de competir com outros interessados em fazê-lo, e da eficiência, que exige a busca da proposta mais vantajosa para a administração.*

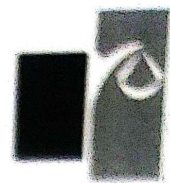
*13. Assim, ao contrário do afirmado nas justificativas apresentadas, a licitação, além de ser exigência legal, quando bem conduzida, visa - e permite - a obtenção de ganhos para a administração. E quando a possibilidade de prejuízos existe, a própria lei, novamente com base no princípio da eficiência, prevê os casos em que o certame licitatório pode ser dispensado.*

Contudo, em linhas exaradas após leitura do Parecer nº 00033/2023/CGCONSU/PFFNDE/PGF/AGU, chamo atenção ao art.14, §§1º ao 3º da Lei 11.947/2009, Lei que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criando pois, uma espécie de dispensa de licitação específica no caso da aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, nos termos transcritos abaixo:

*Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.*

*§ 1º. A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos*





atendam às exigências de controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria;

§ 2º A fiscalização do processo processa-se sob a disciplina da FPM e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias: I - impossibilidade de acesso às documentações fiscal correspondente; II - impossibilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; III - condições higiênicas sanitárias inadequadas;

§ 3º A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata o caput deste artigo, quando comprados de famílias que se autodeclararam como de mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido;

O PNAI é regido, atualmente, pela Resolução CEFNDE n. 6, de 4 de maio de 2020. A dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar foi regulamentada pelos arts. 29 a 49 da referida resolução. Essa hipótese de compra pública deve ser implementada mediante a prévia realização de chamada pública, que é o "procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendimentos familiares rurais ou suas organizações" (art. 30, §§ 1º e 2º), (grifo nosso).

Verifica-se que nenhuma das possibilidades regulamentadas pela Lei de Licitação disciplina os procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAI, sendo caracterizada como uma nova modalidade de compra pela administração pública.

Conforme o artigo 19 da Lei n.º 13.367, de 14 de junho de 2019, do total dos recursos financeiros repassados pelo FPM ao município de PNAI, no mínimo 10% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e de empreendimentos familiares rurais ou de suas organizações. Portanto, a aquisição é obrigatória.

Ademais, segundo o artigo 29, §1º da Resolução CEFNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, a aquisição pode ser realizada com a hipótese de procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se as premissas inseridas no art. 17 da Constituição Federal e que os alimentos atendam às exigências de controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. De sorte de hipótese de procedimento licitatório, a aquisição deverá ser realizada por meio de CHAMADA PÚBLICA, procedimento regulamentado por normativo do PNAI.



### 3.3. Finalidade e abrangência do processo público

O presente instrumento jurídico, nos termos do presente e anexo, tem por finalidade estabelecer as condições gerais de legalidade, validade, eficácia e prazo de vigência do contrato, bem como a forma de execução e o regime de pagamento.

Art. 1º - O objeto do presente instrumento jurídico é a contratação de serviços de manutenção e conservação do patrimônio público, bem como a prestação de serviços de limpeza e conservação do ambiente urbano.

Art. 2º - O presente instrumento jurídico é celebrado em nome do Município de São Paulo, por meio do Poder Executivo, através da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - O presente instrumento jurídico tem por finalidade estabelecer as condições gerais de legalidade, validade, eficácia e prazo de vigência do contrato, bem como a forma de execução e o regime de pagamento.

Art. 4º - O presente instrumento jurídico é celebrado em nome do Município de São Paulo, por meio do Poder Executivo, através da Prefeitura Municipal.

Como se pode observar do disposto nos artigos acima, o presente processo de legalidade tem por finalidade a execução de serviços de manutenção e conservação do patrimônio público, bem como a prestação de serviços de limpeza e conservação do ambiente urbano, bem como a prestação de serviços de manutenção e conservação do patrimônio público, bem como a prestação de serviços de limpeza e conservação do ambiente urbano.

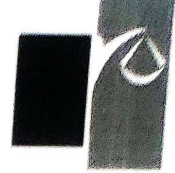
#### ANEXO Nº 1

O presente anexo tem por finalidade estabelecer as condições gerais de legalidade, validade, eficácia e prazo de vigência do contrato, bem como a forma de execução e o regime de pagamento.

Art. 5º - O presente instrumento jurídico é celebrado em nome do Município de São Paulo, por meio do Poder Executivo, através da Prefeitura Municipal.

Assinado eletronicamente





De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. (grifo nosso)

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração. (grifo nosso)

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Secretaria solicitante para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital. (grifo nosso)

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

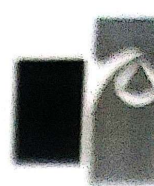
Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

*Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:*

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) *definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) *fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) *descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) *requisitos da contratação;*

*[Assinatura]*



- a) modelo de orçamento de obra, que consista no detalhamento de soma e subtotais das parcelas previstas no cronograma físico e em suas subparcelas;
- b) modelo de projeto de orçamento, que descreva o valor e o detalhamento de obras e serviços, com o detalhamento de cada parcela;
- c) modelo de orçamento de obra e de serviços;
- d) modelo de orçamento de obra e de serviços;
- e) modelo de orçamento de obra e de serviços, com o detalhamento de cada parcela e o detalhamento de cada subparcela;
- f) modelo de orçamento de obra e de serviços, com o detalhamento de cada parcela e o detalhamento de cada subparcela;

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos apresenta os seguintes elementos: definição do objeto, necessidade de contratação e justificativa, especificação técnica e quantitativa do objeto, alinhamento ao plano institucional, requisitos de habilitação, orçamento mínimo de fornecedores, estimativa de preço, resultados pretendidos, riscos e identificação de viabilidade, portanto, encontra-se em perfeito harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e inciso II do artigo 18 da NLCC.

Dessa forma, é possível afirmar que a fase preparatória do processo encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLCC para fins de contratação desta nova modalidade de licitação pública.

Outrossim, há a exigência de documentos e atos administrativos para a realização de contratação direta, conforme determina o Art. 12 da Lei 14.133/2021. Assim, requer-se:

Art. 12. O processo de contratação direta, que compreenda as fases de investigabilidade e de disponibilidade de recursos, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de justificativa da demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de risco, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - documento de disponibilidade que deverá ser assinado na forma estabelecida no Art. 12, inciso II;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que fundamentem a contratação de acordo com as regras legais;

IV - documentação de compatibilidade da proposta de recursos orçamentários com o cronograma e os resultados;

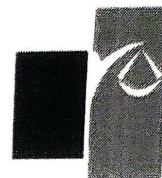
V - documentação de que a contratação apresenta as seguintes características:

A) caráter de urgência ou emergência;

B) necessidade de preço;

C) necessidade de contratação imediata;





## 2.2 - Da Minuta do Edital

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços, o termo de referência e a minuta do contrato. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, “independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos”. (grifo nosso)

## 2.3 - Da Minuta do Contrato

Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro. (grifo nosso)

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

*Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:*

*I - o objeto e seus elementos característicos;*

*II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*

*III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;*

*IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*



V- o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

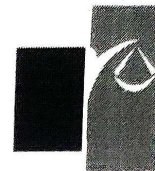
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

Por fim, da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório entende-se que os requisitos mínimos do Art. 92 da Lei Licitações foram atendidos, havendo o atendimento aos preceitos legais, bem como a observância das minúcias necessárias a adequada prestação do serviço, conforme demanda da administração pública, dentro das especificações contidas no edital.





Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura. Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

#### 2.4 - Publicidade do edital e do termo do contrato

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os **art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

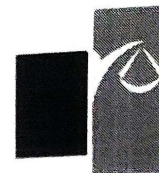
O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública.

#### IV - DO PARECER

No âmbito normativo, a Lei n. 14.133/2021 estabelece que não se subordinam ao novo regime de licitações e contratos *"as contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria"* (art. art. 3º, II), como é o caso do art. 14 da Lei do PNAE. Ou seja, vigora, aqui, a regra hermenêutica da especialidade. Obviamente que o procedimento simplificado de compra por meio da chamada pública deve observar, como imposto pela própria legislação do programa, os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública (art. 37 da Constituição de 1988) e, com base na mesma racionalidade, os princípios previstos no art. 5º da nova lei de licitações e contratos.

Além disso, devem ser cumpridos os requisitos específicos aplicáveis à compra via chamada pública: (a) aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar; (b) preços compatíveis com o mercado local; (c) observância das normas de controle de qualidade dos alimentos (art. 14 da Lei n. 11.947/2009).

O art. 14 da Lei nº 11.947/2009 *criou uma hipótese específica de dispensa de licitação*, sendo fundamento jurídico suficiente para a contratação direta com vistas à aquisição de gêneros



alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações, com a respectiva regulamentação do FNDE, constituem base jurídica suficiente para instituir o modelo de compra pública direta da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

## V - CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada, essa Procuradora opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório 014/2024 através de Dispensa de Licitação, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do mesmo, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 093/2024, enviado via e-mail em 27/02/2024, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

É o Parecer. SMJ.

Cataguases, 28 de fevereiro de 2024.

*Elaine Cristina de Oliveira*  
Procuradora do Município  
OAB-MG 137.994